

EDUCAÇÃO POPULAR E AGRICULTURA FAMILIAR: perspectivas de mudança no campo, na crise da modernidade

*Cláudio Portilho de Jesus**

RESUMO: O presente artigo analisa a possibilidade utópica do entrelaçamento de uma educação popular libertadora com a prática ecológica desenvolvida pelo caboclo amazonense, que resiste bravamente ao processo de expropriação de suas terras e de sua cultura. Nessa prática observam-se preocupações ecológicas que identificam a agricultura familiar como possibilidade de um novo modelo de produção no campo.

PALAVRAS-CHAVE: educação popular; agricultura familiar; agricultura ecológica.

1. Introdução

A motivação e o interesse pelo presente estudo brotou naturalmente dentro de mim, como uma semente ao chão, mas com os ingredientes necessários para o seu nascimento. Como caboclo amazonense, nascido em Parintins às margens do Rio Amazonas, aprendi desde cedo que a vida, apesar de seu encanto e beleza, expressa e oculta ao mesmo tempo um misto de sofrimento e dor, prazer e amor. Testemunhei o empobrecimento progressivo e sistemático das comunidades do interior, revelado pelos olhares entristecidos de homens e mulheres à procura de horizontes e de explicações para o seu abandono. Eram homens e mulheres náufragos de esperança e sedentos de utopias.

E foi convivendo, ouvindo e aprendendo, socializando sonhos e angústias, que me despertou o interesse em conhecer mais profundamen-

* Mestrando do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Pelotas.

te a situação vivida pelos agricultores amazonenses. Senti a necessidade de tentar interpretar o que meu coração sentia, mas a minha razão não compreendia, tentar achar um rumo que me levasse a entender por que, contraditoriamente, temos que viver de forma tão pobre e oprimida, numa natureza tão farta e gratuita?

De um outro ângulo, a minha experiência profissional como docente e de vida, como educador popular, colocavam-me questões em que se articulavam problemas relacionados à realidade da agricultura familiar e problemas relacionados à realidade da Educação Popular.

No Amazonas, onde têm origem as minhas experiências, a natureza ainda é vista de forma integrada onde o rio, a mata, os peixes e a caça constituem fonte de alimento, defendidos e preservados como condição de sobrevivência. Nessa mesma região, onde a terra é fonte da vida e espaço de convivência, aos poucos, com o avanço do capitalismo, a Amazônia vai-se tornando um lugar de conflito e de morte. É também, um espaço de convívio entre produção e reprodução tanto do capital quanto da vida, num processo dialético, onde a solidariedade e o seu contrário encontram legitimidade nas relações sociais.

O papel do educador popular tem sido descaracterizado pelas críticas dirigidas ao marxismo, onde se ancorava tanto a utopia socialista prejudicada pelo malogro do “socialismo real”, quanto a concepção leninista de vanguarda, acusada de autoritária e de manter a relação de dominação de uma minoria que “sabe” sobre uma maioria que, supostamente, “não sabe”.

Neste texto, as minhas preocupações estão dirigidas para o exame da crise da sociedade moderna, que considero um momento rico para se pensar em alternativas, no caso que me interessa, para uma Educação Popular dirigida e/ou feita com e por homens e mulheres do campo, mais propriamente, com as famílias agricultoras. Tentarei discutir a possibilidade utópica do entrelaçamento de uma educação libertadora com a prática ecológica desenvolvida pelo caboclo amazonense que resiste bravamente ao processo de expropriação de suas terras e de sua cultura. Nessa prática observam-se preocupações ecológicas que identificam a agricultura familiar como possibilidade de um novo modelo de produção no campo.

A condição para atingir e caminhar nesse novo modelo virá da ousadia e da coragem em sair do modelo convencional de produção que,

apesar de ter respondido pelo abastecimento alimentício do mundo, tem demonstrado ser altamente degradador do meio ambiente, consumidor de energia, extremamente caro, além do uso intensivo de produtos químicos causando doença e morte aos seres vivos. A novidade dessa proposta está na possibilidade da organização e do fortalecimento da agricultura familiar baseada no modelo cooperativo, com preocupações ambientais quanto ao processo produtivo, fatores necessários a uma estratégia que vise o desenvolvimento no meio rural, bem como de uma vida melhor para seus membros.

Penso que essa proposta, embora pequena, num lugar qualquer da floresta amazônica, possui a mesma confiança do agricultor que põe a semente na terra, daí a crença na possibilidade do seu florescimento. Um caminho feito de pedras, difícil mas esperançoso, que certamente servirá de estrada para novos caminhantes, principalmente quando está em jogo a vida. A vida de uma comunidade que ousa viver de forma diferente. É nessa perspectiva que vejo a Educação Popular, numa ótica freireana, desempenhar um papel essencial como mediação entre o velho modelo agrícola que se extingue e as novas alternativas de produção agroecológica que estão colocadas, como via de resistência e de sobrevivência dos pequenos produtores rurais, no Amazonas.

2. A crise da modernidade e o surgimento de um novo pensar

O esfacelamento de uma determinada concepção de homem e de mundo, uma das características da crise da sociedade moderna, tem permitido o surgimento de outras formas de compreender e interpretar a realidade. A partir da crítica aos princípios e valores definidos pela modernidade, fundamentados na visão mecanicista, reducionista, antropocêntrica, de ser humano e natureza, foi possível a emergência de um novo pensar, não somente privilegiando a razão, mas também o afeto, o desejo, a intuição e a emoção. Estas dimensões que igualmente compõem o ser humano, ao serem resgatadas colocam as “verdades”, em questão, em dúvidas, gerando portanto, uma crise nos paradigmas científicos. A crise é também uma motivação ao crescimento, um convite a desinstalar-se, é igualmente um período fértil para o surgimento da novidade. Por isso, ela vem sendo considerada como o momento propício para o ressurgimento das utopias, do salto qualitativo que a educação, a

comunidade e a sociedade necessitam dar. Crise esta de alcance planetário, como diz Capra:

a crise atual, portanto, não é apenas uma crise de indivíduos, governos, instituições sociais; é uma transição de dimensões planetárias. Como indivíduos, como sociedade, como civilização e como ecossistema planetário, estamos chegando a um momento decisivo¹.

A espécie humana necessita caminhar num processo diferente, seguindo outra lógica com perspectiva crítica, onde seja possível tomar decisões, enfrentar a crise na tentativa de superá-la, de ocupar espaços dentro e fora do sistema em que vivemos, pois, apesar de vivermos num sistema capitalista, devemos fomentar, socializar espaços de convivência que oportunizem o surgimento de experiências criativas e libertárias que, mesmo pequenas, sejam geradoras de esperanças.

Pensava-se que as pequenas mudanças impediam as realizações das grandes mudanças... hoje eu creio que é na luta cotidiana, no dia-a-dia, mudando passo a passo, que a quantidade de pequenas mudanças numa certa direção oferece a possibilidade de operar a grande mudança. Ela poderá acontecer como resultado de um esforço contínuo, solidário e paciente².

No contexto das mudanças, surgem várias alternativas: umas para mudar a realidade, outras para conservá-la. Um dos fenômenos que presenciamos ultimamente na sociedade é a globalização, que se manifesta em todas as áreas do conhecimento, criando uma rede interdependente de relações envolvendo espaço e tempo. O que acontece num lugar reflete em outro simultaneamente. O mundo material tornou-se um mundo de significados, símbolos e informações. Presenciamos a emergência do poder local, surgindo como contraponto à força e ao poder econômico que move o mundo. Notamos também um forte movimento em preservar, valorizar as culturas, as experiências locais e regionais, envolvendo o saber popular passado de geração a geração, em busca da sobrevivência de povos, resgatando a identidade, a autonomia e a cidadania.

¹ CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982, p. 30.

² GADOTTI, Moacir. *A Escola Cidadã*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

3. Educação e cidadania

Uma educação encaminhada para a cidadania busca igualmente conquistar espaços através da participação dos processos decisórios nos diversos setores da vida social e pessoal. Mas, para isso, é fundamental que as pessoas, as comunidades tenham acesso à informação, conheçam a realidade em que vivem e lutem pela sua transformação. Penso que educar implica em conhecer, mas não um conhecer sinônimo de sujeitar a realidade. Da mesma forma, penso o conhecer como um entrar em comunhão com as coisas e as pessoas que nos cercam, que partilham nossos sonhos e nossas angústias, socializando tristezas e alegrias. A função educativa, nesse aspecto, envolve compromisso social, desenvolvimento de potencialidades e, conseqüentemente, a apropriação do saber social. Saber esse que permite uma melhor compreensão da realidade que caminha para a identificação e possíveis soluções dos problemas que se encontram na base das estruturas sociais que infelizmente são injustas e excludentes.

A eficácia da luta pela cidadania e pelos espaços de produção social, tanto no meio urbano como no meio rural, dependem muito do poder de organização e cooperação de seus membros, da necessidade em encontrar respostas que visualizem novos tempos, pois da diversidade desse encontro e da convivência sábia das diferenças, podem surgir a parceria, a associação entre as pessoas e, quem sabe, o fincamento dos alicerces de uma sociedade melhor.

Talvez o que nos falte é acreditar que dessa situação de crise possam nascer ou renascer *práxis* que viabilizem alternativas de vida capazes de justificar o nosso engajamento numa luta em que a alegria, o prazer e a liberdade sejam objetivos tão prioritários quanto as metas da justiça e da igualdade. A história tem demonstrado que ninguém larga ou abandona aquilo que gosta, principalmente quando a luta pelos grandes e pequenos ideais estão incorporados às nossas vidas.

4. Quando o desafio da mudança coloca-se para os educadores

O desafio da mudança nas estruturas sociais e, especificamente, na estrutura educacional, não é tarefa exclusiva de alguns homens, mas de todos aqueles homens e mulheres que se comprometem histórica e

existencialmente com a **vida**, pois sabem que a estrutura social a ser transformada está fortemente protegida por uma lógica, uma racionalidade que pretende universalizar-se, que faz parte de uma totalidade regida por uma ética calculista, utilitarista, antropocêntrica e dominadora. Daí, penso que a grande tarefa que se coloca para nós, educadores, é então lutar para deslanchar um processo que desobstrua as relações econômicas e sociais que sustentam e fundamentam o atual modelo de sociedade capitalista. É tarefa da educação hoje repensar seu papel, sua função nesse mundo em mudanças, pois, sendo a educação uma atividade humana e histórica, tendo como sujeito o ser humano com suas múltiplas e históricas determinações precisa fundar-se em uma postura crítica e responsável no sentido de não permitir que valores universais como a justiça, a solidariedade, a liberdade e a igualdade estejam subordinados às leis de mercado. Situar-se no contexto das mudanças, nos aspectos políticos, econômicos, sociais, etc., sem com isso precipitar-se em atitudes ingênuas, voluntárias ou deterministas, constitui outro desafio para a educação no mundo de hoje. Isso não significa cair no outro extremo, o niilismo ou o relativismo dos valores pós-modernos, onde a inexistência, ou a conveniência de valores, privilegia o efêmero, o momentâneo, o transitório, o superficial.

No contexto das rápidas e violentas transformações que atingem todos os setores e instituições sociais, é pertinente o olhar reflexivo em torno dessas mudanças e de suas conseqüências. A partir deste olhar percebemos que não são os “intelectuais” pretensamente esclarecidos, formados nas universidades, ou os trabalhadores sociais, que estão alavancando tais mudanças. Elas estão surgindo em todos os lugares, onde a exclusão e a pobreza são maiores. Há sinais evidentes de que os movimentos e associações populares estão forjando novos caminhos, constituindo novos padrões sociais, revelando outra face de luta e resistência. Nesse aspecto, a contribuição de Faleiros revela os novos atores no atual processo de modernização:

Por paradoxal que pareça, não são os trabalhadores sociais quem estão provocando as mudanças institucionais mais significativas. São as novas políticas exigidas pelo processo de modernização que estão

³ FALEIROS, Vicente de Paula. *O saber profissional e o poder institucional*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1987, p. 31.

impondo novos padrões de eficácia e eficiência³.

É preciso, no entanto, ter presentes as contradições que enfrentam os trabalhadores da educação, para poder visualizar os desafios e possibilidades colocados para o seu trabalho. A identificação com as causas populares têm permitido avanços e comprometimentos na *práxis* transformadora dos professores por meio do engajamento nos movimentos sociais organizados, forjando um profissional mais qualificado em todos os aspectos, ajudando a resgatar a cidadania de muitos excluídos da sociedade.

A prática educativa se dá no interior de uma sociedade. E como vivemos em uma sociedade capitalista, essa prática reproduz uma educação classista, aliando interesses educacionais com interesses econômicos, satisfazendo os desejos e o objetivos da classe dominante. Com isso, a visão burguesa presente na educação classista, reduz a prática educacional a um fator de produção e reprodução tanto do capital quanto da ideologia que o sustenta. Porém, a educação vista como prática social, se define nos múltiplos espaços da sociedade, na articulação com os interesses econômicos, políticos e culturais como parte constituinte de uma luta contra-hegemônica. Frigotto nos diz que,

A gestão e o controle da escola e dos diferentes processos educativos pelo capital, entretanto, historicamente, sempre foram algo problemático. Isto decorre essencialmente do caráter contraditório das relações sociais de produção da existência no interior do modo de produção capitalista⁴.

O caminho das transformações que a sociedade precisa, passa necessariamente pela construção de um método que nasça a partir das mudanças nas relações sociais, que traduza e ressalte a ótica da classe explorada/dominada, com seus valores e crenças, pois ela é a única interessada na mudança estrutural e em analisar as leis que produzem e reproduzem as relações sociais de exploração da sociedade capitalista. Parece-me que esse método é o histórico-dialético que permite analisar e compreender os princípios e ações capitalistas na tentativa de sua

⁴ FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993, p. 225.

superação. O rompimento do método científico reducionista, herança do positivismo, poderá contribuir para a passagem do senso comum à consciência crítica, forjando uma nova visão de ser humano, de sociedade e de natureza e a invenção de novas metodologias que abram espaços à novidade, à diferença, à multiplicidade. A ousadia de muitos educadores insatisfeitos, indignados mesmo em conviver com a injustiça social e com a desesperança sistemática presentes na sociedade, faz com que novas iniciativas brotem dos desafios que suscitam a busca e a construção de alternativas de educação verdadeiramente libertadora. A esse respeito, Pimentel nos convida a refletir:

Para estes professores, mudar não significa apenas transformar metodologias e técnicas. Significa questionar profundamente as próprias posições filosóficas, epistemológicas, políticas e ideológicas... É mexer com seu corpo, voz, postura. É mexer com sua família, com seu grupo social... É descobrir que não é simplesmente no campo das idéias que se travam grandes lutas, mas na práxis; para tanto é preciso tolerar a ambigüidade, a transitoriedade, a insegurança, a solidão. É saber-se construtor na provisoriedade e no possível⁵.

5. Repensando o papel do educador frente aos desafios da crise

Romper com conceitos tradicionais do que seja um bom professor, é muito mais que romper com metodologias adotadas. Penso, seja necessário que o educador assuma seus limites, contradições, angústias, presentes em todos os seres humanos, porém, igualmente com humildade, perceba-se como agente da transformação, ciente do seu dever e compromisso histórico com outros seres humanos, numa perspectiva ética, solidária e libertadora. Pequenos gestos cotidianos podem ser precursores de grandes mudanças nas relações espaço-tempo, educador-educando, razão-emoção, numa dialética constante e sábia; quem sabe ali repousa a utopia.

É preciso acreditar na utopia de uma educação que seja mais forte que as ideologias, pois sendo verdadeira nada tem a esconder. Seu

⁵ PIMENTEL, Maria da Glória. *O professor em construção*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 37.

compromisso é com o ser humano em todos os seus aspectos, valorizando e construindo a sua cidadania, onde educação e vida se entrelacem numa relação sem exclusão. Mais do que isso, julgo que seja necessário defender essa educação como parte integrante e fundamental da nossa própria vida. Nesse aspecto Pimentel afirma que existem duas posturas de educadores:

há os que rompem com o conceito moderno de ciência e conhecimento. Partem, através da crítica e da criticidade, para a construção de novas formas de ensino. Abrem trilhas, ensaiam experimentam, ousam. Sofrem em suas vidas, na sua condição existencial as repercussões epistemológicas da ciência; mudam sua concepção de vida, de homem, de sociedade, de conhecimento e de ensino... Eles têm controle da insegurança assumida, inovam, criam metodologias, partem para a construção de um saber situado no presente em vista do futuro. Trabalham com os alunos num saber articulado, não fragmentado. Concebem o conhecimento como processo espaço conceitual, no qual professores e alunos constróem um saber novo, produto sempre contraditório de processos sociais, históricos, culturais e psicológicos. Outros, muito bem-sucedidos em suas pesquisas com o paradigma da ciência moderna não têm percepção da crise instalada. Para eles não há paradigma emergente, concebem o conhecimento como um saber pronto, fechado em si mesmo, um produto organizado e estruturado seqüencialmente, que deve ser transmitido... Pensam em restaurar situações para que o paradigma dominante volte a ter o seu fascínio criador e produtivo. Não mudam de perspectiva, apesar de questioná-la. Tendência em separar ensino-pesquisa, teoria-prática, conhecimento científico-saber popular, definem-se neutros ⁶.

O que não se compreende no processo educativo é a desvalorização do caráter informal e socializante da escola, presente nas experiências pessoais dos educandos. Esse aprendizado da experiência, seja nas ruas, seja nas praças, seja nos campos, e até nas universidades, estas interações, embora não sejam percebidas pelas escolas, são permeadas de sabedoria. Apesar de não se enquadrarem na lógica da inteligência sistematizada, elas existem e são determinantes como transmissoras de cultura e do saber popular. Mesmo trilhando na contramão da história, educadores e educandos exercitam esse saber em busca da conquista de um pensamento

⁶ PIMENTEL, op. Cit., p. 34.

original e autônomo. Vejamos o que Paulo Freire nos diz a esse respeito:

Como prática estritamente humana, jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos e os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura reacionista. É esta percepção do homem e da mulher como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me fez entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos⁷.

Na condição de educadores e educadoras, somos convidados a conhecer e a refletir mais profundamente sobre a nossa prática, ou melhor, sobre o papel que a sociedade nos reserva. Talvez já não precisemos tanto de razão, ou uma espécie de razão, mesmo sabendo da sua importância. Talvez necessitemos libertar o coração das amarras impostas por uma determinada razão, da qual foram excluídos os sentimentos e as emoções. Deixar fluir a criatividade e a criticidade, sem ter medo de questionar as “verdades legitimadas”, constitui um desafio e a condição para possíveis transformações. Quando o educador compreende esta realidade, o mundo começa a mudar a partir do seu olhar, das suas atitudes, dos seus compromissos manifestos em práticas. Transforma conteúdos formais em conteúdos da vida, passa a sentir prazer, gostar de educar, pois ninguém ama o desconhecido.

Uma educação verdadeira não se fundamenta apenas na razão, pois esta não é nem o primeiro nem o último momento da nossa existência. Somos igualmente paixão, emoção, afeto, comunicação. Hoje a educação necessariamente passa pela imagem, pela música, pela dança, pelos símbolos e pela afetividade. Passa, acima de tudo, pelo compartilhamento da vida. Ao ultrapassar os muros da escola, a educação deve chegar à rua, atingindo a comunidade, o campo, ocupando espaços antes proibidos. E aqui cabe o exemplo de um caboclo, pescador amazonense, presente numa assembléia onde se avaliava os resultados pedagógicos da presença da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no interior do estado. Dizia ele: *‘para que a Universidade seja realmente nossa, ela deve atravessar o rio’*. E quando se decide atravessar um rio é porque se perdeu

⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 164.

o medo, há disposição em conhecer a novidade da outra margem, ter humildade em se deslocar, sair dos seus conhecimentos acadêmicos, seus conceitos e preconceitos. Outro aspecto importante da decisão de atravessar o rio é enfrentar o risco, a imprevisibilidade da travessia, a leveza da alma frente à novidade, ainda mais quando estão presentes gestos de amor, de educadores que estão comprometidos com seres inacabados. A metáfora dos rios Solimões e Negro, que banham a cidade de Manaus onde está situada a UFAM, assume uma concretude de classe, de diferença, de separação entre aqueles que moram na cidade e que podem frequentar a academia, e aqueles que moram na outra margem do rio, no interior, e às vezes nem sabem da existência daquela Universidade. Novamente Paulo Freire nos convoca:

Não há educação sem amor. O amor implica a luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita⁸.

Quanto mais humana e mais humanizadora se fizer uma pedagogia, mais ela se definirá como prática de uma liberdade, capaz de unir-se a novos projetos, tendo em vista o outro, o “diferente”, num processo dialógico, constante, objetivando a prática da comunhão, da solidariedade. Uma proposta pedagógica verdadeira jamais se omitirá em participar e refletir a realidade que a cerca, pelo contrário, mergulhará na raiz, na fonte das contradições e dos problemas que envolvem a vida, na firme tentativa de superar os impasses, desmistificar as “verdades” produzidas nos campos: econômico, social, educacional e político. No discernimento da realidade, descobre-se que o lugar onde acontece a trama educativa, o conteúdo da educação não se esgota somente na interpretação, na análise e reflexão dos problemas, vai além, incluindo a transformação destes. Os conteúdos desse aprendizado são gestos, fragmentos, partículas aparentemente soltas do cotidiano, mas com profundo significado de mudança, enraizado num sentimento libertador de quem acredita numa relação gratuita e verdadeira, ainda possível de ser restabelecida entre os seres humanos e repassada à própria história.

⁸ FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 29.

Nesse aspecto a história é permeada de ações, significados, gestos, compromissos. É o lugar do enredo, do fazer, de fracassos e glórias, encontros e desencontros. Não é o lugar da passividade, é sim, o lugar da luta, das contradições, das ambigüidades; é também o lugar da possibilidade. A história, portanto, se faz e se refaz num constante movimento, como uma casa em construção, vai se moldando pela mão de homens e mulheres, tal qual um escultor frente à sua obra; ora contemplando, ora pondo as mãos na massa, participando sempre de sua criação.

Se a vida é um drama, existem momentos em que ela se manifesta com mais intensidade, onde incertezas, insegurança e vazio se confundem. Continuar a viver significa encontrar na esperança o caminho que nos torne possível sonhar, identificar a “flor no pântano”, ou seja, captar o essencial no acidental, descobrir a beleza, os sentidos ético e estético, até mesmo onde eles parecem não estar, numa constante busca, como tão bem expressa um sábio educador amazonense:

importante é procurar a beleza onde não se pensa que esteja. Mais que isso, é preciso procurá-la onde pouco se fala dela ou talvez onde nem exista. Buscá-la no olhar, no sorriso, gestos e ações que abrem a porta para o infinito, tornando a vida menos feia, as distâncias e os instantes mais breves. A beleza é o que está na alma e não nas formas aparentes. A beleza está na essência de uma gente que produz um espaço cuja dimensão da ética supera à da estética⁹.

Com base na articulação dialética entre os campos do fazer e do saber, o educador assume, entre outros compromissos, o de despertar a sensibilidade dos alunos a partir de suas vivências, de seus interesses, do que eles gostam de fazer. Penso que deve igualmente desenvolver a capacidade de análise crítica com perspectiva de mudança, semeando a utopia, que, segundo Guareschi, é:

A imaginação criadora exigente, que faz presente o futuro real, a partir do presente possível de ser transformado e melhorado... a imaginação utópica é a projeção do sabido, do consciente. A utopia luta pela materialização de um desejo presente. Ela projeta, isto é, lança adiante de si, as coisas que devem acontecer e poderão acontecer, se o homem

⁹ OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva: a urbanização das amazonas*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1995, p. 21.

quiser. A imaginação utópica dá à luz o que já está presente no seio das coisas¹⁰.

6. Produção familiar agroecológica à luz de uma experiência amazônica

A grande expansão capitalista no campo nos últimos 20 anos foi, também a expansão da contradição. Semeou a empresa, a fazenda, a grilagem, a injustiça, a brutalidade. E semeou também, a resistência, encheu a terra de mistério, de enigmas, de desvendamento, de descobertas. O cotidiano dos pobres está sendo reinventado¹¹.

Uma constante inquietação me acompanha desde a infância, ora refletindo momentos de grandes esperanças, ora momentos angustiantes. Assim também é a minha terra, a Amazônia; em seu seio pulsa de forma latente o movimento que conduz à exploração em todos os seus sentidos, com toda a sua força, em sua aparente riqueza, ao mesmo tempo em que é prene de libertação em todas as suas manifestações.

A grandiosidade da terra amazônica, com seus mitos, lendas e riquezas, tem despertado, nas últimas décadas, grande interesse econômico, político, social e cultural em todo o mundo. Cada um dos grupos que se aproximam da Amazônia manifestam interesses diversos, porém no centro dessa preocupação está a terra, como espaço de luta e de disputa. Da terra vive o ser humano. Ela contém riquezas e toda a forma de vida. A terra amazônica concentra, ao mesmo tempo, o maior volume hídrico e a maior floresta tropical do mundo. É nesta terra que está sendo travada uma guerra silenciosa, uma violenta luta desigual do capital contra populações indígenas, caboclos trabalhadores e o ecossistema. Na essência desse confronto não se faz presente um projeto político de emancipação social, mas a luta em defesa da vida, como afirma Martins:

¹⁰ GUARESCHI, Pedrinho. *Sociologia Crítica: alternativas de mudança*. 14. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1986, p. 121.

¹¹ MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão. O Cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986, p. 11.

Basicamente as lutas em defesa da terra surgem espontaneamente e defensivamente, como resistência à ação violenta de policiais e pistoleiros à serviço de grileiros de terra e grandes proprietários. Na imensa maioria dos casos, o trabalhador rural foi colocado diante da falta de alternativas reais. Ou aceitava a expulsão ou reagia para não morrer¹².

As grandes mudanças ocorridas na Amazônia, fruto de um política tendenciosa em favor do grande capital, acobertado pelo regime militar e com todo apoio e incentivo fiscal do governo federal, foi extremamente nociva às populações locais: índios, caboclos e posseiros, onde o seu espaço de viver e conviver foi violado e muitas vidas sacrificadas. Nesse contexto, estradas foram abertas, cortando tribos indígenas; arbitrariamente em seus territórios construíram aeroportos, hidrelétricas e foram instaladas grandes empresas pecuárias e madeireiras que, além de degradarem o meio ambiente, expulsaram famílias de posseiros que há vários anos trabalhavam e viviam nessas terras.

Cita Martins:

A Amazônia tornou-se uma espécie de colônia do grande capital, fonte de ganhos especulativos decorrentes da elevação da renda fundiária produzida pela abertura de estradas, infra-estrutura econômica e incentivos fiscais... Essa mudança não ocorreu de uma transformação no processo do trabalho, mas de uma elevação do preço da terra. Esse é o elemento essencial para uma compreensão adequada das transformações e dos conflitos que vêm ocorrendo na Amazônia¹³.

Com a expansão capitalista atingindo a floresta, a terra passou a ter uma nova face. De produção e reprodução da vida, passou à produção e reprodução do capital, implementado pelo pacote tecnológico convencional, também chamado de “revolução verde”, pois este era o objetivo do capital internacional, em cuja essência estava incluída a ideologia do progresso econômico que afirmava poder tirar a Amazônia do atraso econômico e produzir alimentos para satisfazer o mercado nacional e internacional.

¹² Martins, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989, p. 69.

¹³ Martins, J. S. 1989, p. 77.

É ainda Martins quem afirma:

Os capitalistas foram estimulados a se converterem em proprietários de terras, e os proprietários de terra foram convidados a modernizarem suas propriedades, a se associarem ao grande capital ou a venderem suas terras em condições altamente favorecidas pela especulação imobiliária decorrente da própria política de incentivos fiscais¹⁴.

Esta opção de desenvolvimento feita para a Amazônia, desde sua origem concentrou os recursos nas mãos de poucos, beneficiando a grande propriedade em detrimento de milhares de pequenos agricultores que, na grande maioria, não eram nem proprietários de suas terras, caracterizando-se como posseiros. Apesar de significar, para os posseiros, uma propriedade em que sempre viveram, herdaram de seus pais, construíram suas famílias e produziram, em termos jurídicos, na Amazônia, a posse não tem validade porque historicamente não tem garantia da terra para os posseiros. Essa lógica implantada pelo sofisma do capital é incompreensível para o posseiro, que segundo Ribeiro:

A propriedade de fato do posseiro - a sua posse - não corresponde à propriedade de direito feita em cartório pelos que têm dinheiro... porque ninguém está trabalhando ali, ele entende que a sua posse é a sua propriedade, uma vez que esta terra tem incorporado o seu trabalho e o trabalho de sua família... Além desta posse ou propriedade familiar, há a propriedade comum dos rios, selvas, lagos, paranás e igarapés, onde se desenvolvem atividades complementares de sobrevivência¹⁵.

Ao defender suas terras enquanto espaços comunitariamente construídos e gratuitos de sobrevivência, o posseiro também está defendendo a natureza. Ao se defrontar com outra lógica que imprime valor e dominação à terra que historicamente foi sua, sente-se excluído, vítima de um sistema sem compaixão e sem coração, em cujos projetos estão presentes muitas vezes a face do terror e da morte.

¹⁴ MARTINS, José de Souza. 1986, p. 91.

¹⁵ RIBEIRO, Marlene, 1987, p. 97.

Os grandes empreendimentos e os chamados grandes projetos (rodovias, hidrelétricas, projetos de colonização e de mineração), têm chegado ao campo, e particularmente à Amazônia com uma face mortal. Não chegam apenas para açambarcar a terra. Destróem modos de vida, desmoralizam as populações locais, como os povos indígenas cujos territórios foram invadidos e mutilados¹⁶.

Certamente nesse contexto não há lugar nem financiamentos para a grande maioria constituída pelos pequenos produtores rurais amazonenses. Urge a necessidade de buscar alternativas viáveis nos campos econômico, ecológico e social. A esse respeito Boff nos diz que:

A Amazônia é o lugar onde se revela a urgência de um desenvolvimento alternativo para toda a humanidade, que parta da centralidade ecológica e que assuma a partir daí o econômico, o político, o cultural e as demais instâncias de uma sociedade civilizada¹⁷.

Se, por um lado, a necessidade e a urgência de buscar alternativas para o meio rural está latente no sangue e nas veias dos caboclos, atingindo todo seu corpo, inclusive o estômago, com a fome e o desespero chegando em sua casa, por outro, não há vontade política dos grandes órgãos com poder de decisão para mudar esse padrão tecnológico de produção agrícola.

O padrão tecnológico sobre o qual se assenta o modelo, caracteriza-se pelo uso intensivo de sementes híbridas, adubos químicos, agrotóxicos, maquinaria pesada, além de ser altamente consumidor de energia e dependente de insumos industriais. É também destruidor do meio ambiente, causando desequilíbrios no ecossistema, multiplicação de pragas, esterilização do solo, e é poluidor de águas, devastador de florestas e da própria contaminação dos alimentos¹⁸.

¹⁶ MARTINS, 1989, p. 89.

¹⁷ BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. 2. ed., Rio de Janeiro: Ática, 1995, p. 136.

¹⁸ FAO/INCRA. *Diretrizes de políticas agrárias e desenvolvimento sustentável*. Brasília: resumo do relatório final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1995.

A passagem do modelo convencional de produção agrícola para um padrão de desenvolvimento sustentável com base na agricultura familiar, com perspectivas ecológicas, parece ser o novo caminho a ser percorrido pela agricultura brasileira, pois esse modelo pode reunir elementos necessários para a permanência do agricultor na terra. Ao falar em desenvolvimento sustentado, Aluísio Eli nos diz que:

Desenvolvimento sustentado significa manter o bem-estar das gerações atuais e futuras, fruto da integração harmônica entre os sistemas políticos, econômicos, social natural que reproduzem a qualidade ambiental para o pleno desenvolvimento integral do ser humano, seja do ponto de vista biológico, social e psíquico¹⁹.

A perspectiva da agricultura familiar sustentável nasce da dimensão de que o trabalho da agricultura familiar não se resume na questão da produção. Envolve também o aspecto social, político, cultural, enfim a natureza e a vida em toda a sua extensão e relação. Esses são aspectos que se fragmentam e se unem na emaranhada teia da vida, onde emoção, afeto, desejo, necessidades estão presentes.

O caminho a ser percorrido pela agricultura familiar amazonense será longo e penoso. Mas a vida na floresta não é sempre um desafio? Não se mudam estruturas de dominação sem lutas, sem dor. É um movimento constante em busca de novas articulações, pois a luta é pela vida e não acaba nunca, é processo que se constrói e se destrói no dia a dia, onde amor e dor se misturam e se complementam.

As muitas e variadas experiências de resistência e de organização comunitária da produção só podem ser entendidas como tentativas de encontrar um caminho que organize a exclusão econômica e política do trabalhador como força e não como fraqueza, e que a organize em torno daquilo que constitui o cerne da sua práxis que é o trabalho... No geral estamos diante de um modelo para construir as relações sociais com as quais os trabalhadores pretendem enfrentar a privação política, cultural, social e econômica que sofrem²⁰.

¹⁹ ELI, Aluísio. *Desenvolvimento sustentado e meio ambiente*. Vol. 1. Porto Alegre: FEPLAN, 1992, p. 202.

²⁰ MARTINS, José de Souza. 1986, p. 101.

A agricultura familiar na perspectiva ecológica e cooperativa de produção constitui uma idéia nova, portanto, difícil de ser entendida no primeiro momento, por não estarem claros os resultados econômicos. Porém as condições estão gestadas no próprio processo de busca. Geralmente o senso de solidariedade tem brotado principalmente em situações de emergência, diante do confronto ou da ameaça:

A idéia do novo nem sempre é imediatamente clara ... O apelo à inversão, à construção de modelos sociais invertidos em relação aos vigentes, está diretamente relacionado com a concepção de que o novo sentido está oculto na coisa velha... É necessário reinvertê-los, libertar o significado novo, o que tem sentido e que está preso no seio do que não tem sentido²¹ .

A agricultura familiar na perspectiva da agroecologia, cujo termo incorpora os ideais mais ambientalistas e de sentimento social da agricultura, vê a produção agrícola de forma integrada à preservação ambiental. Assim Altieri define:

A agroecologia é uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas da mais ampla maneira, encara os sistemas produtivos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo. A agroecologia enfoca as relações ecológicas no campo e seu objetivo é iluminar a forma, a dinâmica e a função dessas relações, como produzir melhor com menos impactos negativos ambientais e sociais, com mais sustentabilidade e menos insumos externos²² .

Amar o diferente, aceitar a novidade, perseguir as mudanças são tarefas difíceis para o surgimento de uma nova proposta social, mas não impossíveis quando se acredita no poder transformador e revolucionário da semente. Para vislumbrar outros caminhos é fundamental superar velhas trajetórias, conquistando espaços libertários onde seja possível

²¹ Idem, p. 103.

²² ALTIERI, Miguel. 1989, p. 30.

construir uma sociedade melhor, mais cooperativa, mais ecológica e menos competitiva. E sair do círculo que não permite a revelação do Outro em cuja lógica o ser humano e a natureza são imutáveis e predeterminados.

7. Entrelaçamento entre um projeto de educação libertadora e uma produção agroecológica familiar como forma de resistência do caboclo amazonense

Um dos gemidos que ecoa atualmente, exigindo justiça, vem das entranhas da terra. O clamor por Reforma Agrária é tão grande que não tem como abafar, silenciar. Manifesta-se em várias partes do país e ao mesmo tempo. São mais de 12 milhões de sem-terra, conseqüentemente, essa quantidade de excluídos constitui uma ameaça à política neoliberal imposta pelas elites dominantes. Por ser um movimento de mudança estrutural, a luta não se encerra na posse da terra, vai além, atingindo a luta pelo crédito agrícola, pela infra-estrutura, pelo transporte, pela escola nos acampamentos, ao mesmo tempo que luta por uma educação de qualidade no campo, que responda e explique o sentido da vida, possibilitando e resgatando a cidadania e a participação política efetiva e democrática.

A escola, mesmo aquela situada no meio rural, não consegue desprender-se dos valores urbanos. Sobre isso, um agricultor de Brasília assim se expressou: *“não é possível que nossas crianças sejam educadas numa ideologia urbana, individualista. Sugerimos a criação de núcleos rurais”*. Esta é a fala de um líder rural que vê na educação uma ferramenta importante para construir cidadãos e cidadãs conscientes no meio rural. Quando defende a permanência da escola no meio rural, defende igualmente que esta escola esteja calcada sobre um compromisso com o homem do campo, com seus valores, suas crenças, que responda aos anseios dos seus filhos e da comunidade em que vive e participa, pois sabe que o processo educativo quando está comprometido com as causas populares, pode tornar-se revolucionário, fomentador de utopias.

Uma escola de tipo novo está nascendo no campo, brotando da resistência de muitas famílias que, vivendo da agricultura, ainda acreditam e lutam pelas transformações sociais. Um socialismo, também de tipo novo, está surgindo nas diversas localidades e de forma diferente. Possui

vários nomes: parceria, solidariedade, fraternidade, educação libertadora, cooperativismo, ambientalismo, associativismo. Penso que falta a nós, educadores, compreender, estar atentos, com os olhos bem abertos, para perceber estes sinais revolucionários, adotando uma postura crítica que convoque outros educadores para uma reflexão sobre esses fragmentos educativos que estão espalhados por esse imenso país, como um quebra-cabeça à espera de um encaixe para completá-lo.

Quando falamos da autonomia da escola, identificamos o conflito e a resistência convivendo em seu interior. É justamente lá que é possível construir outra escola, pois esta nasce da contradição. Essa nova escola já está sendo construída através da parceria entre pais, educadores, comunidades, etc. Ao perder sua autonomia, a escola perde também sua identidade, sua capacidade de educar para a liberdade, pois a idéia de autonomia está sempre associada à idéia de liberdade, ocupando espaços, construindo trilhas.

Não há um único jeito de fazer educação. Mais uma vez, uma professora de um assentamento dos Trabalhadores Sem-Terra é quem nos ensina que: *“a intenção educativa é dirigida para a busca de uma metodologia que leve à construção de um saber novo, de um homem novo, que também é construído. Havendo sincronia entre a sala de aula, o campo, o ensino, a pesquisa, a teoria, a prática, os alunos e os trabalhadores, os professores transformam-se. Não são mais os mesmos. O seu conteúdo não mudou muito no tempo, o que mudou foi a realidade... Não trabalham com conhecimentos fechados em si mesmos, não produzem conhecimentos isolados do homem, pelo contrário, produzem um novo ser humano, sem interdições ao conhecimento”*.

Na maioria das vezes nota-se que todo o esforço educativo se traduz numa pedagogia do desejo, pois o processo de conquistas sociais e conscientização popular, mesmo entre educadores comprometidos com a mudança, é extremamente lento e angustiante, às vezes até desanimador. Daí, alguns educadores sociais, cansados de tantos desencontros, abandonarem a luta, passando a não acreditarem mais no poder revolucionário e transformador da semente. Não é este o meu caso, pois como companheiro inseparável da esperança, acredito nas pequenas mudanças, mesmo vivendo num contexto de crise de alcance planetário, em que, segundo Boff, o

segredo de todo esse processo se traduz na busca cotidiana, no fazer pequeno, nas mudanças mais insignificantes, na consciência comunitária e na busca de um novo modo de se relacionar intimamente com o outro e com o universo, comprometidos com a ética, a justiça e o amor²³.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Rio de Janeiro - Campinas: HUCITEC/ANPOCS - UNICAMP, 1992.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- BARBOSA, Valmir Albuquerque. *O regatão e suas relações de comunicação na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1980.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. 2. ed., Rio de Janeiro: Ática, 1995.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- ELY, Aluísio. *Desenvolvimento Sustentado e meio ambiente*. Vol. I. Porto Alegre: FEPLAM, 1992.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *O saber profissional e o poder institucional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036*, março de 1995.
- GADOTTI, Moacir. *A Escola cidadã*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GENTILLI, Raquel de Matos L. A prática como definidora da identidade profissional do serviço social. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Número 53, ano XV, São Paulo: PUC, março/1994.
- IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *A luta pela terra*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite - emancipação política e*

²³ BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1995. p. 16

- libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- _____. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- _____. *Expropriação e violência*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- _____. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva: a urbanização das amazonas*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1985.
- PINTO, Renan Freitas. *Os trabalhadores da juta. Estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Amazonas*. Dissertação de Mestrado: UFRGS, 1980.
- RIBEIRO, Marlene. *De seringueiro a agricultor/pescador a operário metalúrgico: um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*. Dissertação de Mestrado: UFMG, 1987.
- VEIGA, José Ely da. *O Desenvolvimento Agrícola - uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.